

Auditoria Social: Parceria TCE/TO e sociedade civil organizada para acompanhar as políticas públicas

Lígia Braga

Coordenadora de Auditorias Especiais do TCE/TO



Seminário
Reflexos da PEC da Primeira Infância no Enfrentamento ao
Trabalho Infantil



SECRETARIA DA
FAZENDA



GOVERNO DO
TOCANTINS
TRABALHANDO E CUIDANDO DE TODOS

COMO GARANTIR PRIORIDADE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES?

- O compromisso assumido pelo país frente à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil:

- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para **acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.**
- Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil.



Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil:



- ODS 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil:



- ODS 2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil:



- ODS 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil:



- ODS 4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil:



- ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil:



- ODS 6 – Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil:



- ODS 8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos e todas

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil:



- ODS 10 – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil:



- ODS 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil:



- ODS 16 – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

TRABALHO INFANTIL

- O trabalho infantil é qualquer forma de trabalho que priva as crianças de sua infância, de seus potenciais e dignidade, e prejudica seu desenvolvimento físico e mental (GARCIA, 2021).
- **No Brasil, o trabalho é proibido para quem ainda não completou 16 anos**, como regra geral. Quando realizado na condição de aprendiz, é permitido a partir dos 14 anos.

TRABALHO INFANTIL

- O trabalho infantil ainda é uma realidade devido a uma combinação complexa de fatores socioeconômicos, culturais e estruturais. A **pobreza** é um dos fatores mais determinantes, pois famílias que vivem em condições de extrema pobreza muitas vezes dependem da contribuição financeira de seus filhos para complementar a renda familiar.



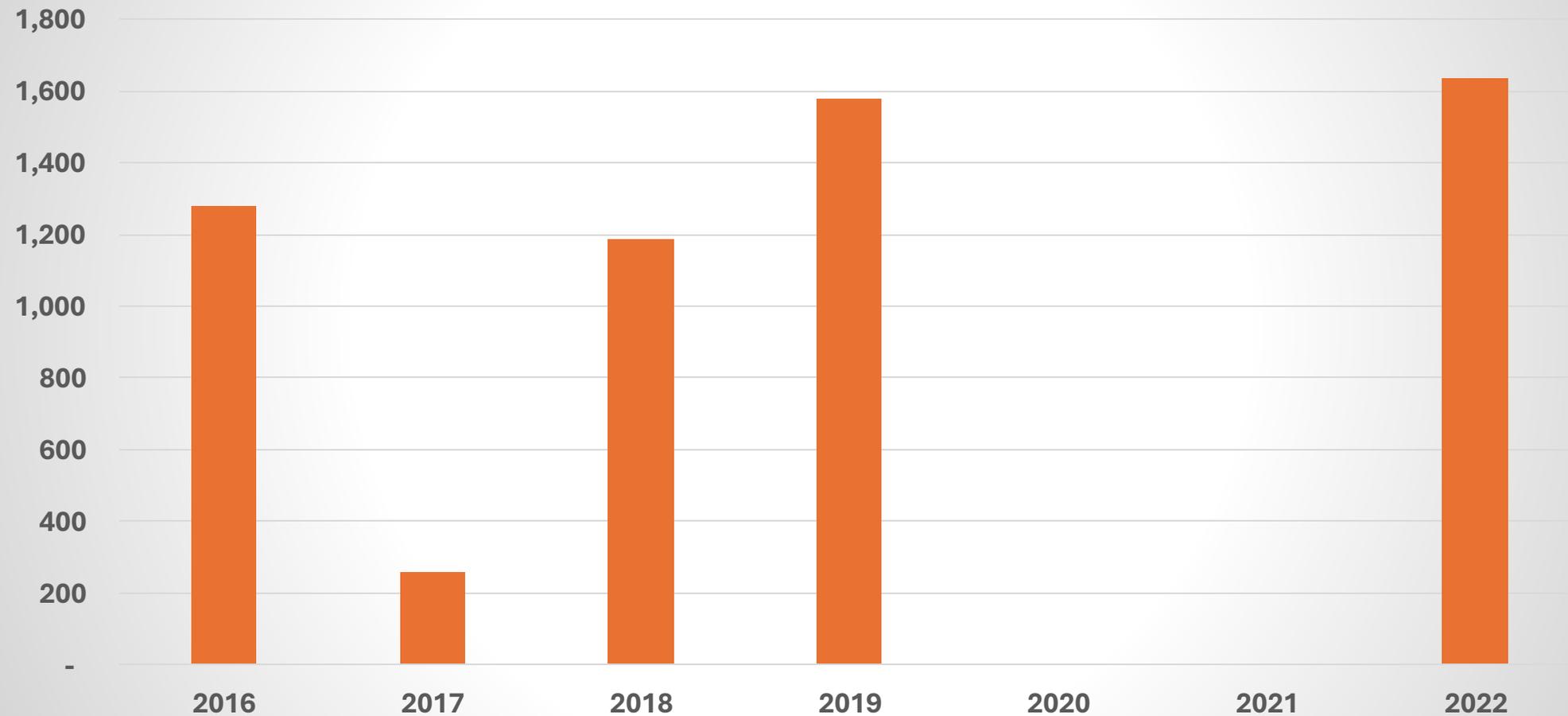
Observatório da Criança e do Adolescente



CENÁRIO DO TRABALHO INFANTIL NO TOCANTINS

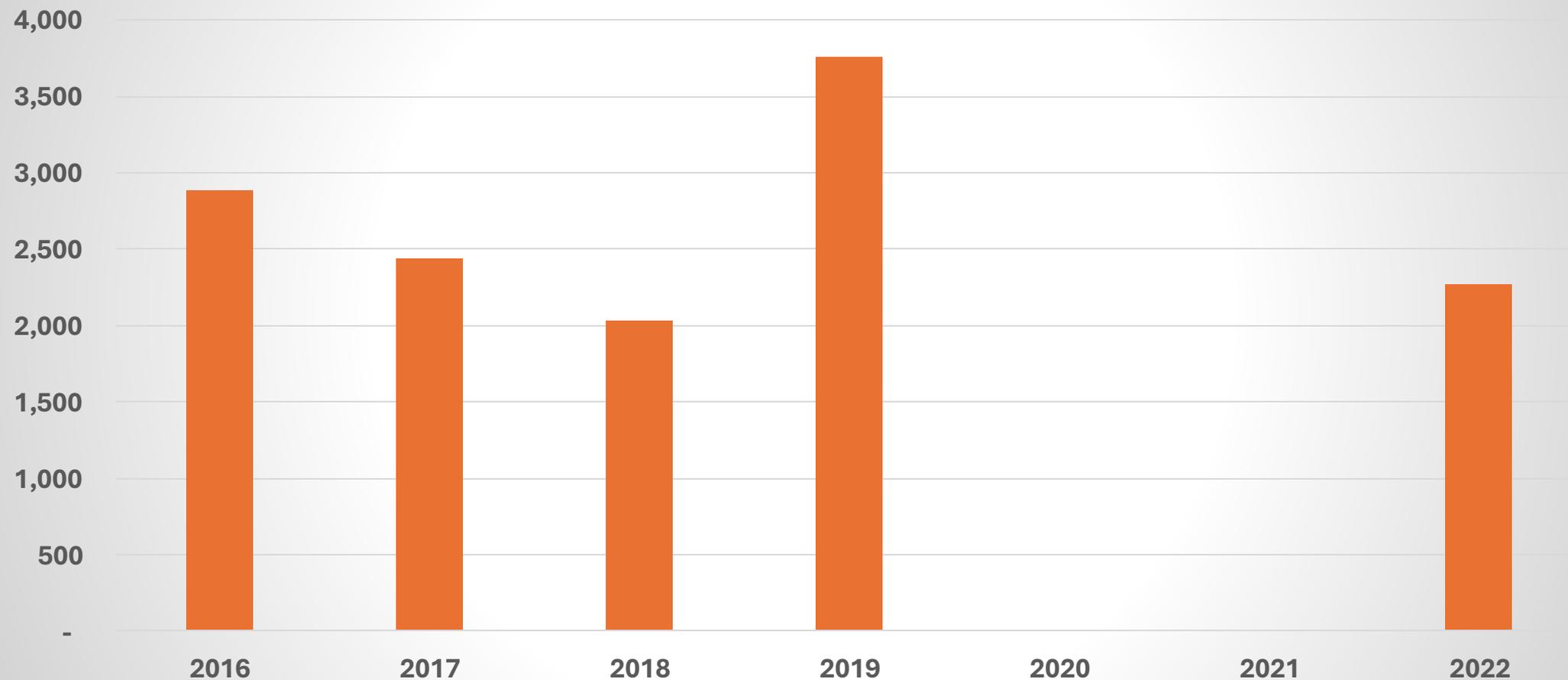


CRIANÇAS 5 A 9 ANOS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL



Fonte: <https://observatoriocrianca.org.br/>

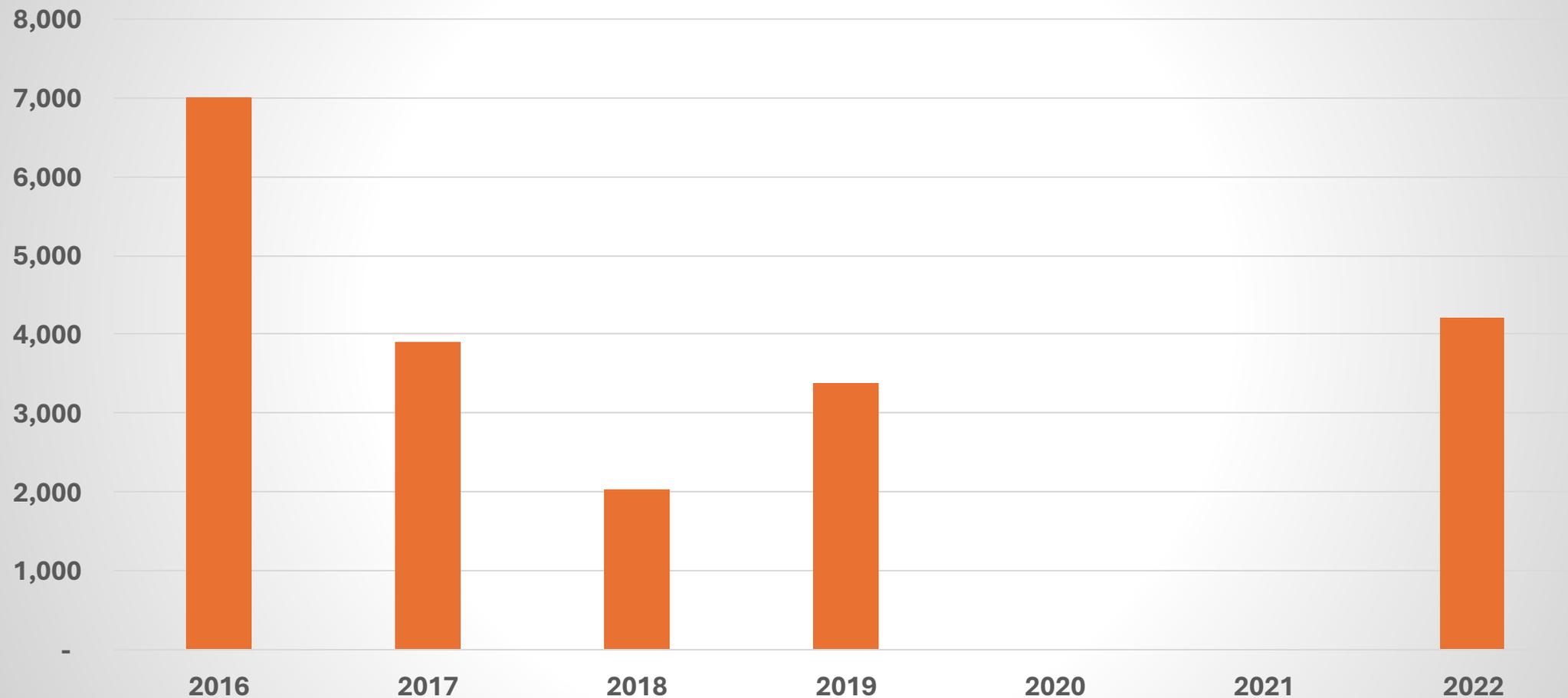
CRIANÇAS 10 A 13 ANOS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL



Fonte: <https://observatoriocrianca.org.br/>



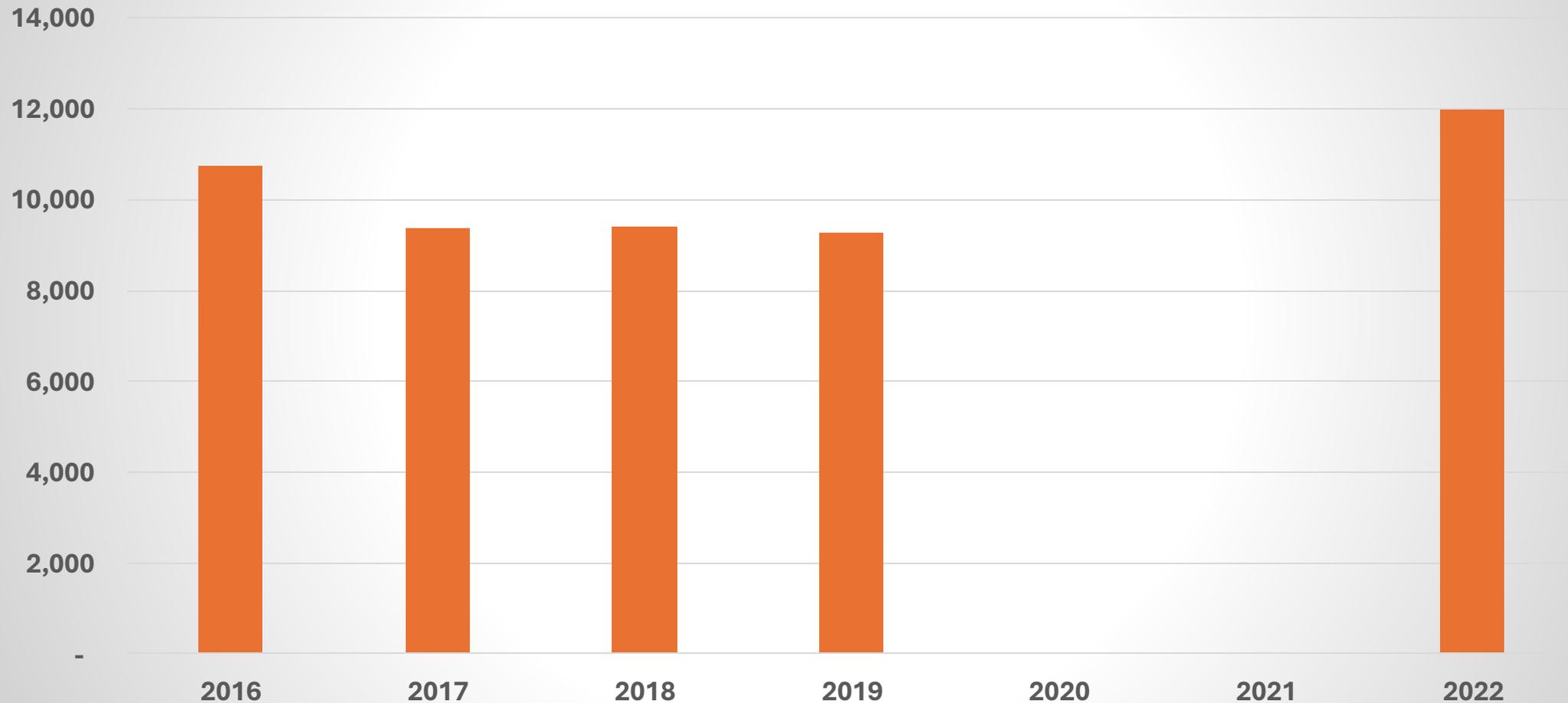
CRIANÇAS 14 A 15 ANOS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL



Fonte: <https://observatoriocrianca.org.br/>



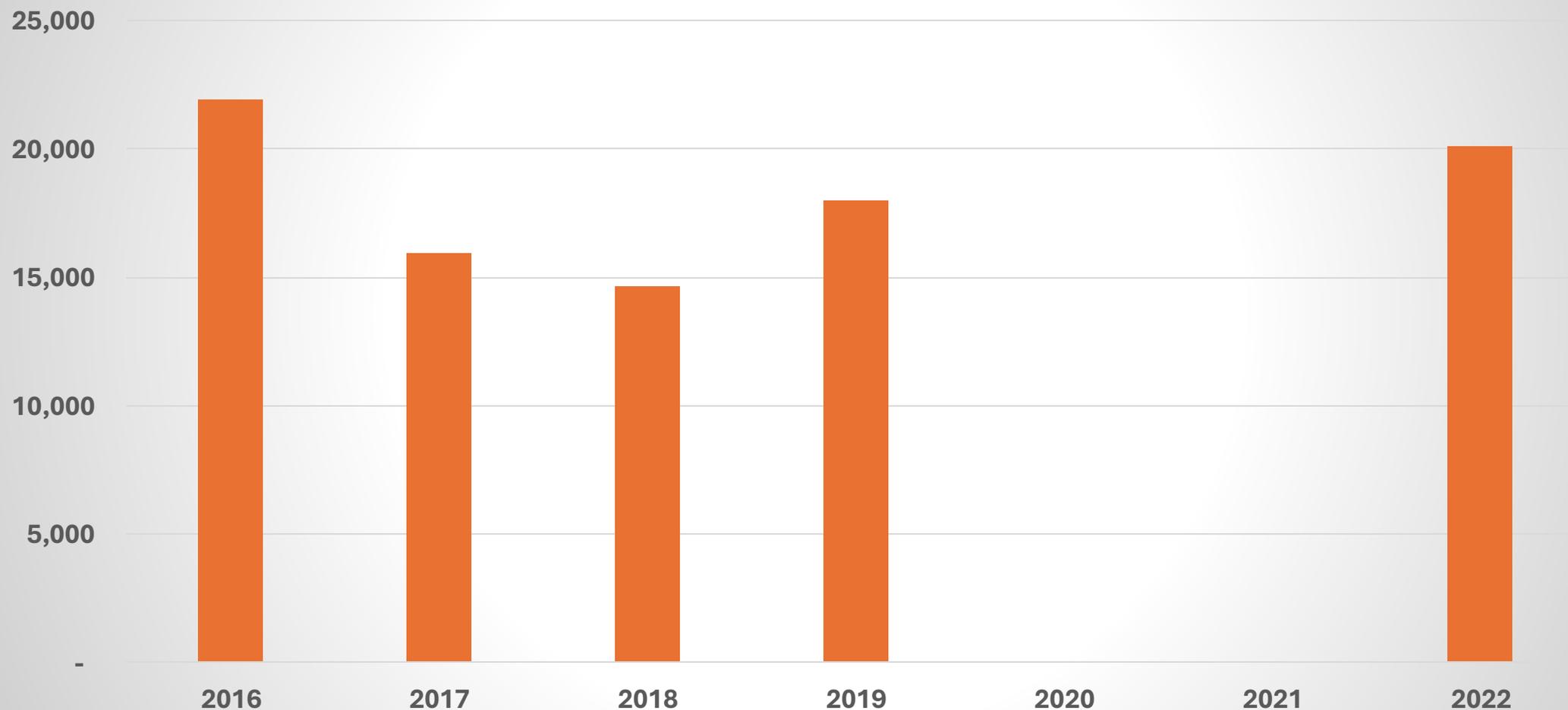
CRIANÇAS 16 A 17 ANOS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL



Fonte: <https://observatoriocrianca.org.br/>



CRIANÇAS 05 A 17 ANOS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL



Fonte: <https://observatoriocrianca.org.br/>



Auditoria Social: Parceria TCE/TO e sociedade civil organizada para acompanhar as políticas públicas



CONTROLE SOCIAL:

- É aquele exercido pela população sobre as políticas públicas;
- É a participação da sociedade na administração pública com o objetivo de acompanhar e fiscalizar as ações de Governo, a fim de solucionar os problemas e assegurar a manutenção dos serviços de atendimento ao cidadão



AUDITORIA SOCIAL

- Inclusão do cidadão no controle do gasto público para que as necessidades da população sejam atendidas, buscando a efetividade na execução das políticas públicas;
- Importante ferramenta para o desenvolvimento da cidadania e da participação popular, que tem como objetivos a transparência e a melhoria da eficiência administrativa.

Workshop

Participação Ativa pela Primeira Infância



Transformando Vidas

WHORKSHOP TRANSFORMAR VIDAS – AGIR COLETIVAMENTE PARA GARANTIR OS DIREITOS DA CRIANÇA

- **OBJETIVO**: Tecer ampla rede de controle social, reunindo vereadores e Conselhos Municipais, para que estes atores atuem na avaliação das ações relativas à política da Primeira Infância em seu município.
- Garantir prioridade às políticas públicas voltadas à promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes

TOCANTINS

- Conselho Tutelar

- São 144 Conselhos (unidades administrativas).
- 720 Conselheiros.

- Conselho Municipal dos direitos da criança –CMDCA

- 138 conselhos(unidades administrativas).

- Vereadores:

- 1.284 vereadores.

Estratégia Metodológica da Oficina

Parte Teórica:

- Contextualização sobre a política da primeira infância;
- Como estes agentes podem atuar – (apresentação (imagens sem identificação de municípios) de problemas que o TCE encontra e o resultado que alcançamos com nossas intervenções);

WHORKSHOP TRANSFORMAR VIDAS – AGIR COLETIVAMENTE PARA GARANTIR OS DIREITOS DA CRIANÇA

Parte Prática:

- Capacitação para a aplicação dos Roteiros elaborados pelo TCE (aspectos de infraestrutura das unidades (escolas, UBS, CRA, CMDCA, conselho tutelar) funcionamento dos conselhos, equipe nas UBS, imunização, atendimento e acolhimento gestante e criança, gestão democrática escolas, FIA.

Workshop

Participação Ativa pela Primeira Infância



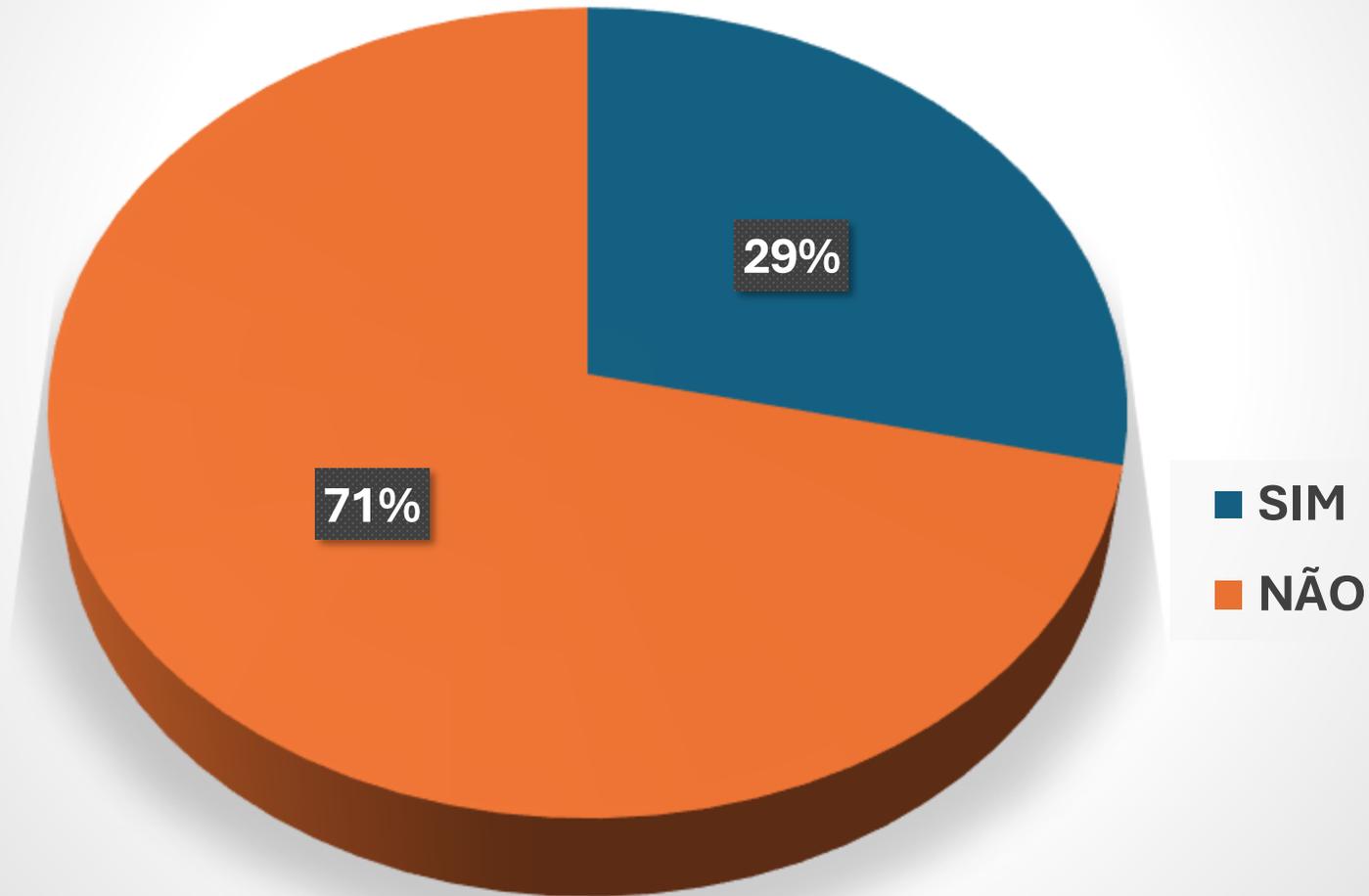
RESULTADOS



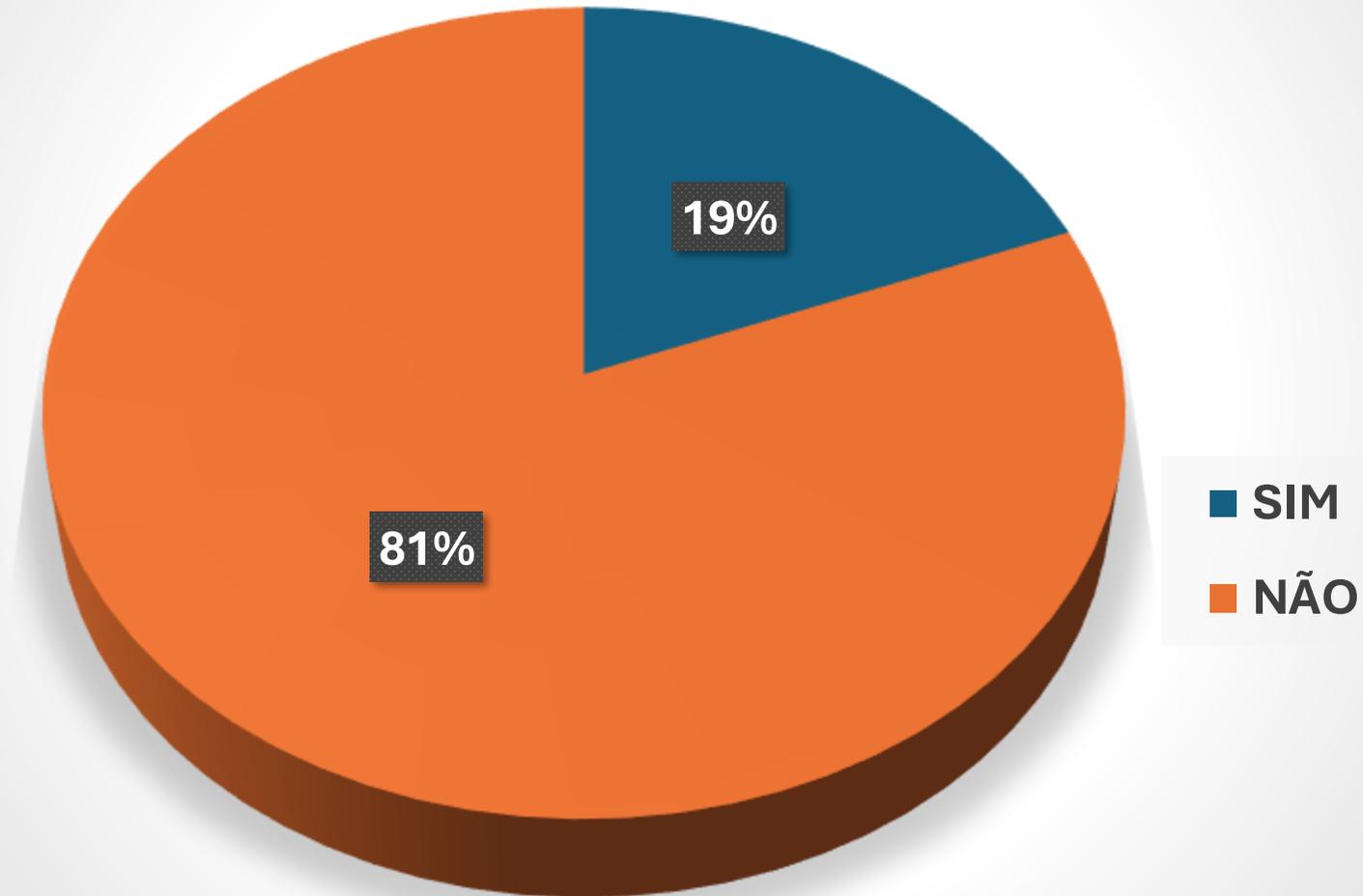
CONSELHO TUTELAR



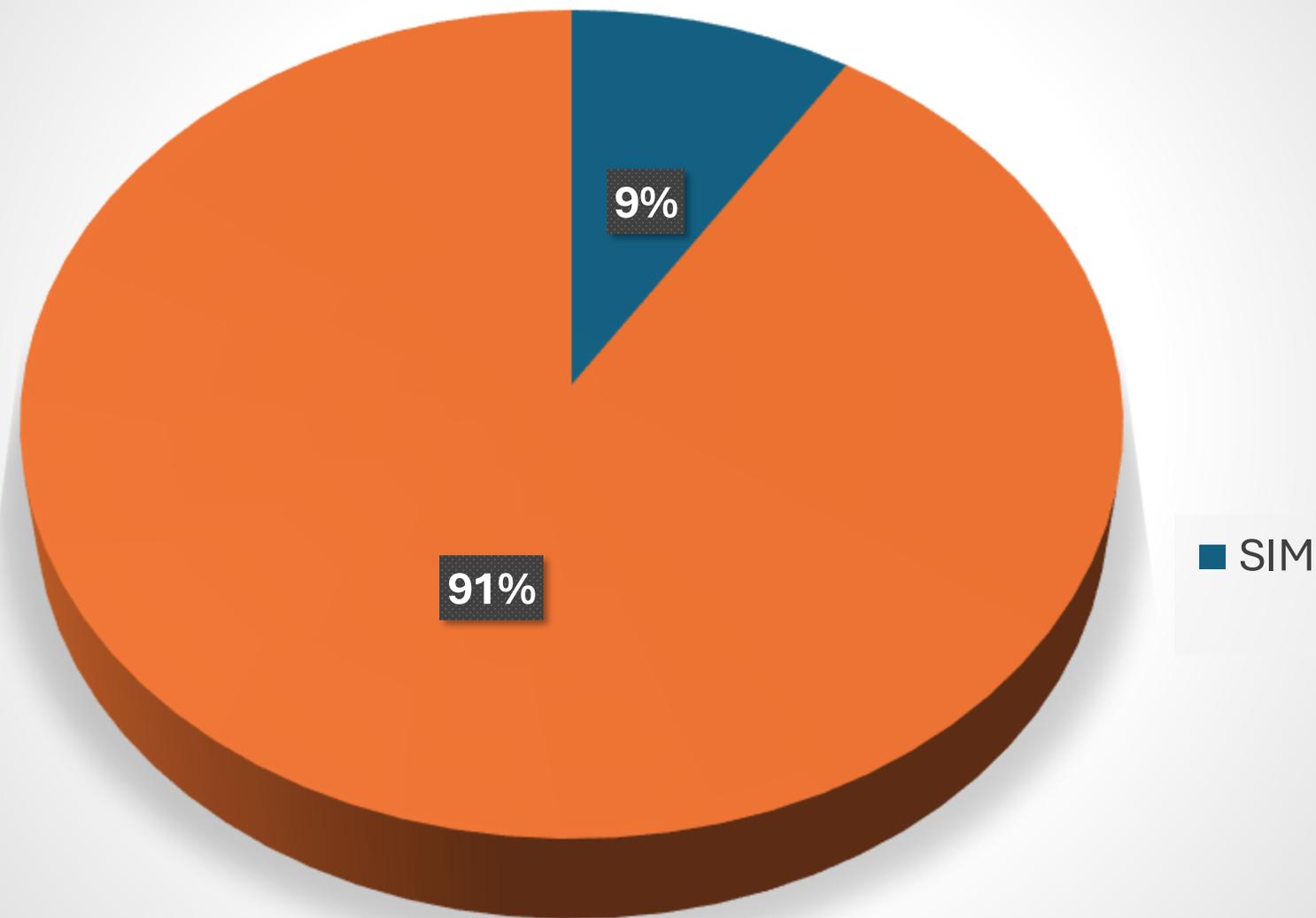
O Conselho Tutelar, promove reuniões periódicas para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação, com participação de profissionais de saúde, de assistência social, de educação?



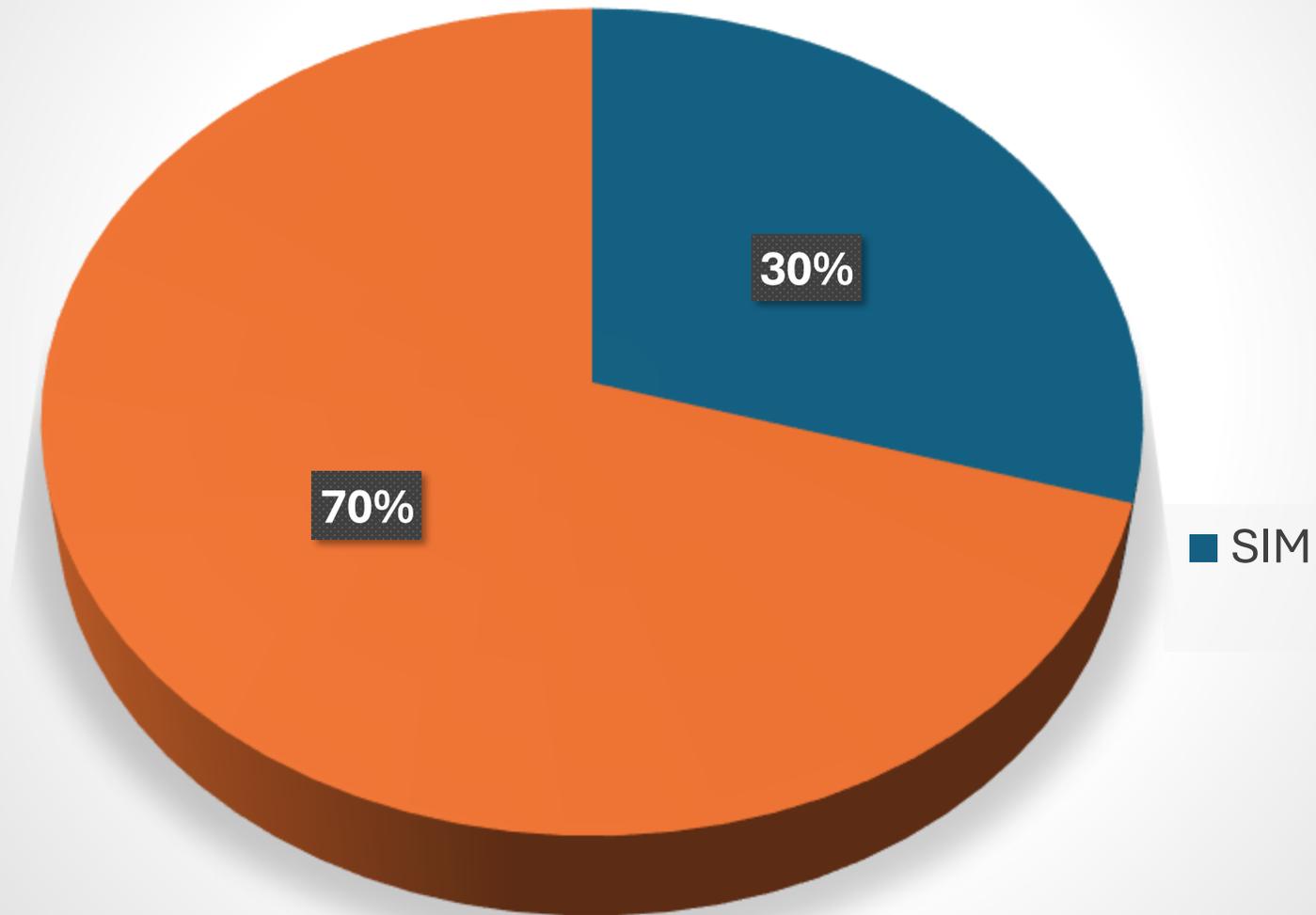
O conselho tutelar participou da elaboração do Plano Municipal para a Primeira Infância – PMPI?



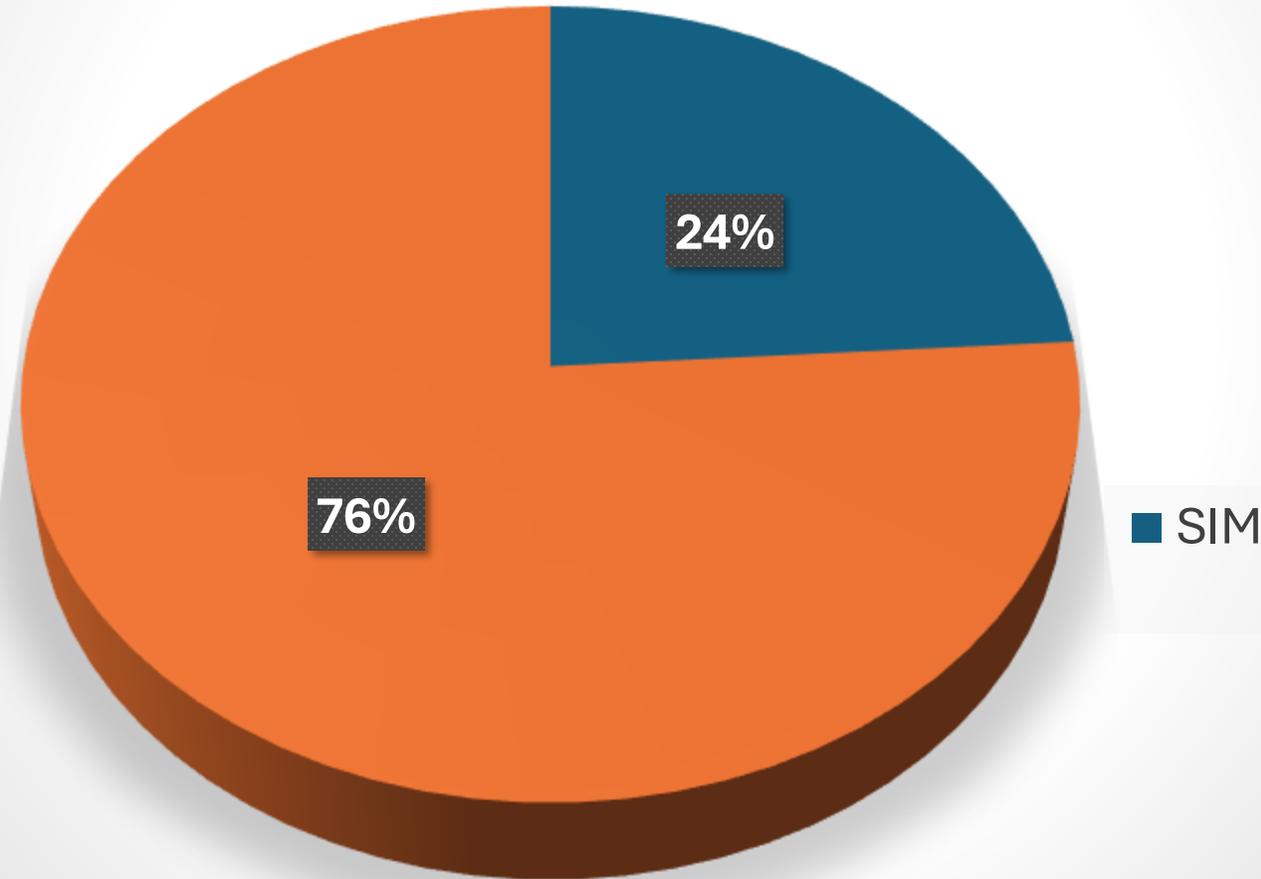
O conselho tutelar tem autonomia política administrativa, para utilizar os recursos do FIA?



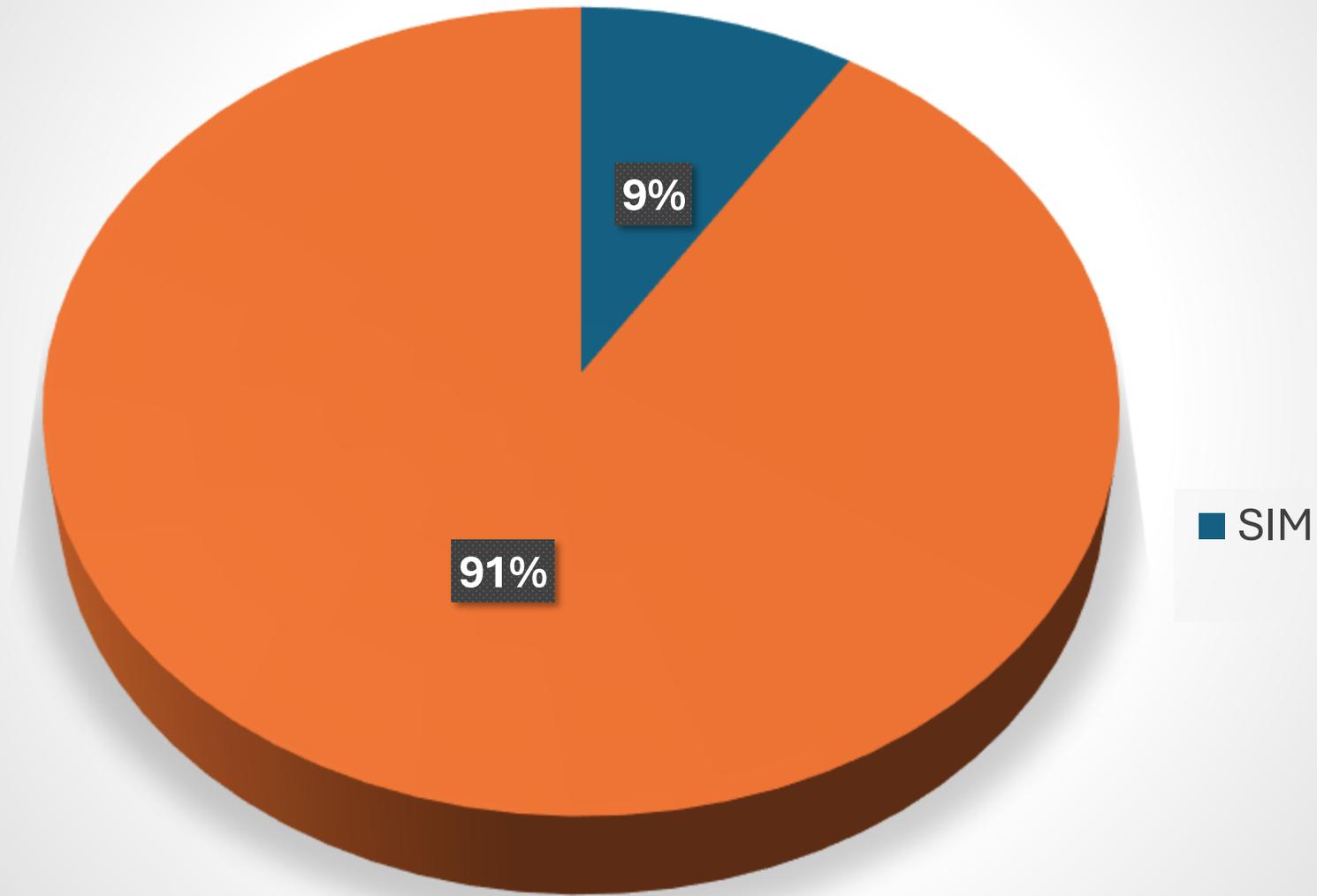
Os dados e informações registrados são encaminhados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e à prefeitura municipal como contribuição para o planejamento das políticas públicas locais?



O Conselho tutelar verificou se, nos atuais instrumentos de planejamento municipal (PPA-LOA), foram inclusos orçamentos designados exclusivamente para as ações destinadas à Primeira Infância, conforme orientação realizada pelo TCE-TO
- Compromisso Tocanti



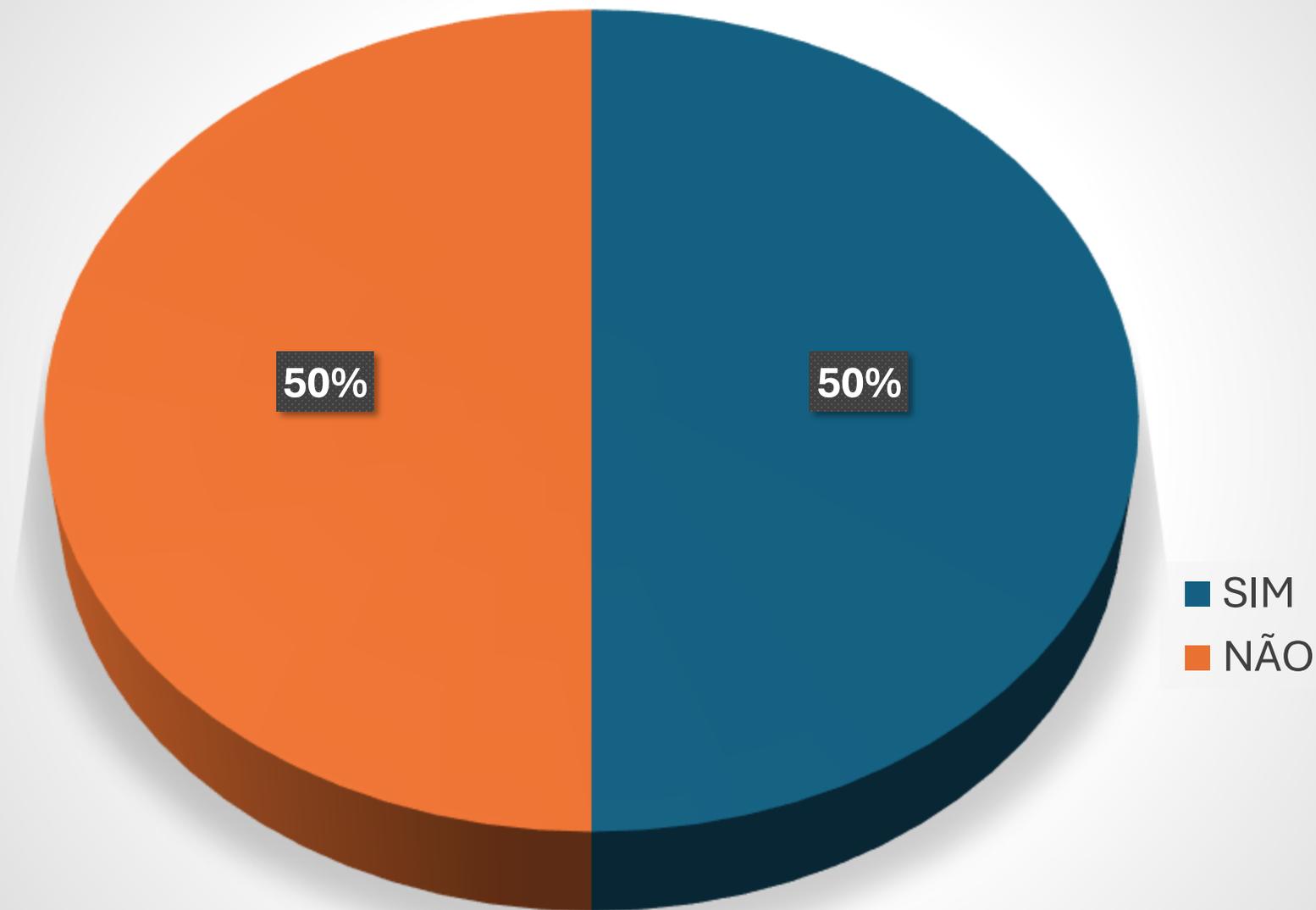
O Conselho Tutelar participou ativamente da elaboração das atuais leis orçamentárias?



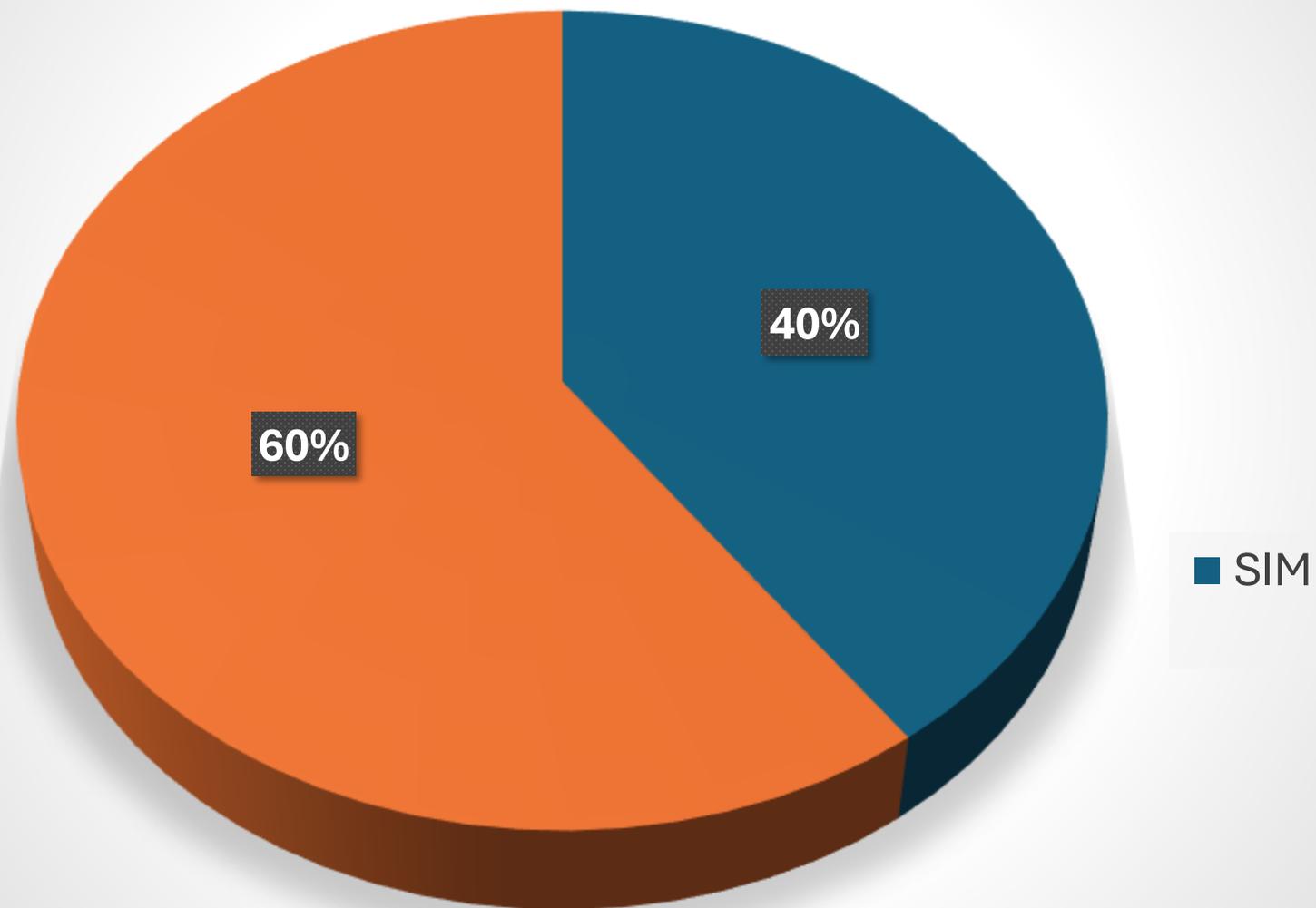
CMDCA



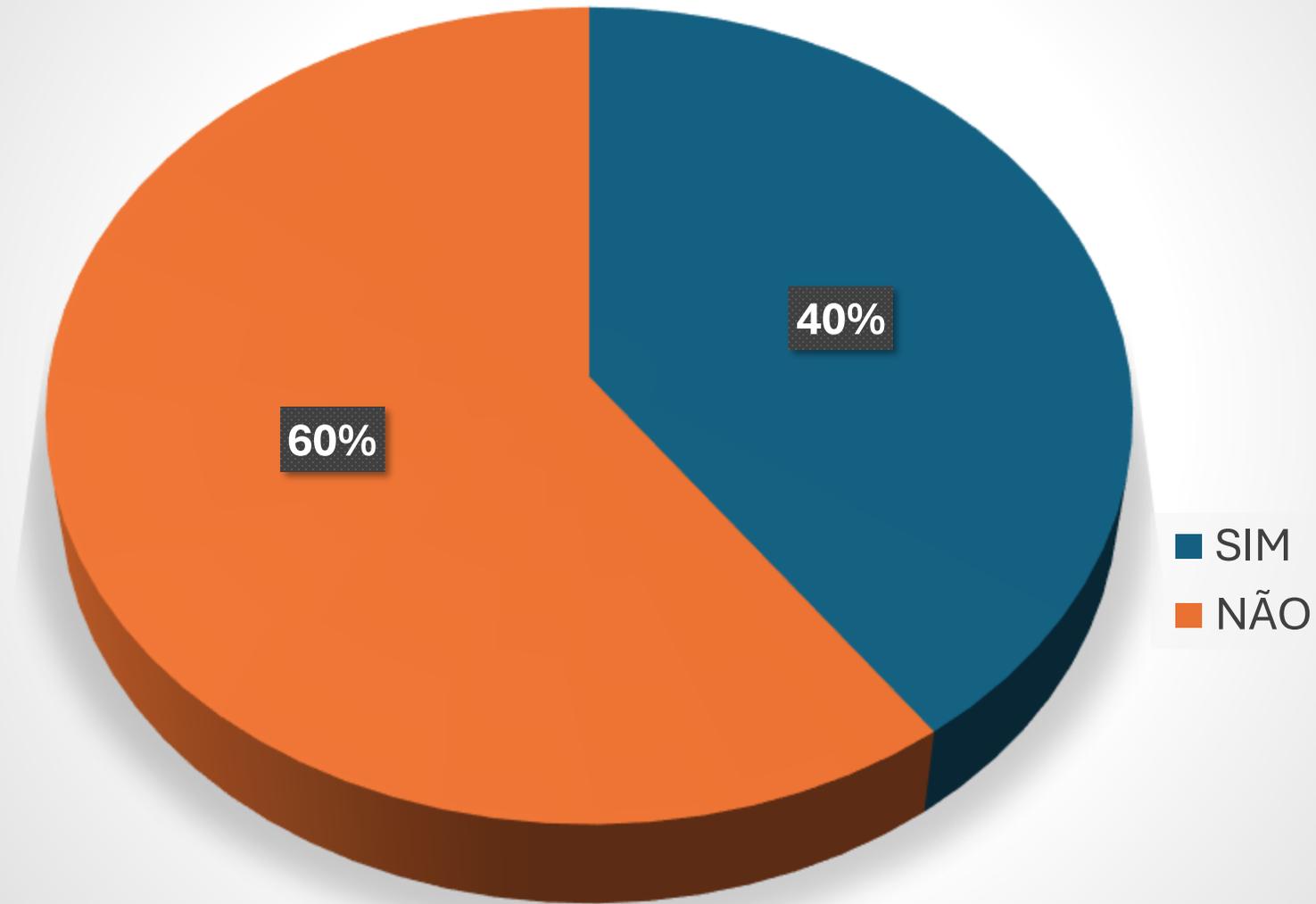
9. Se sim, o plano tem sido incluído na Lei Orçamentária Anual do Município?



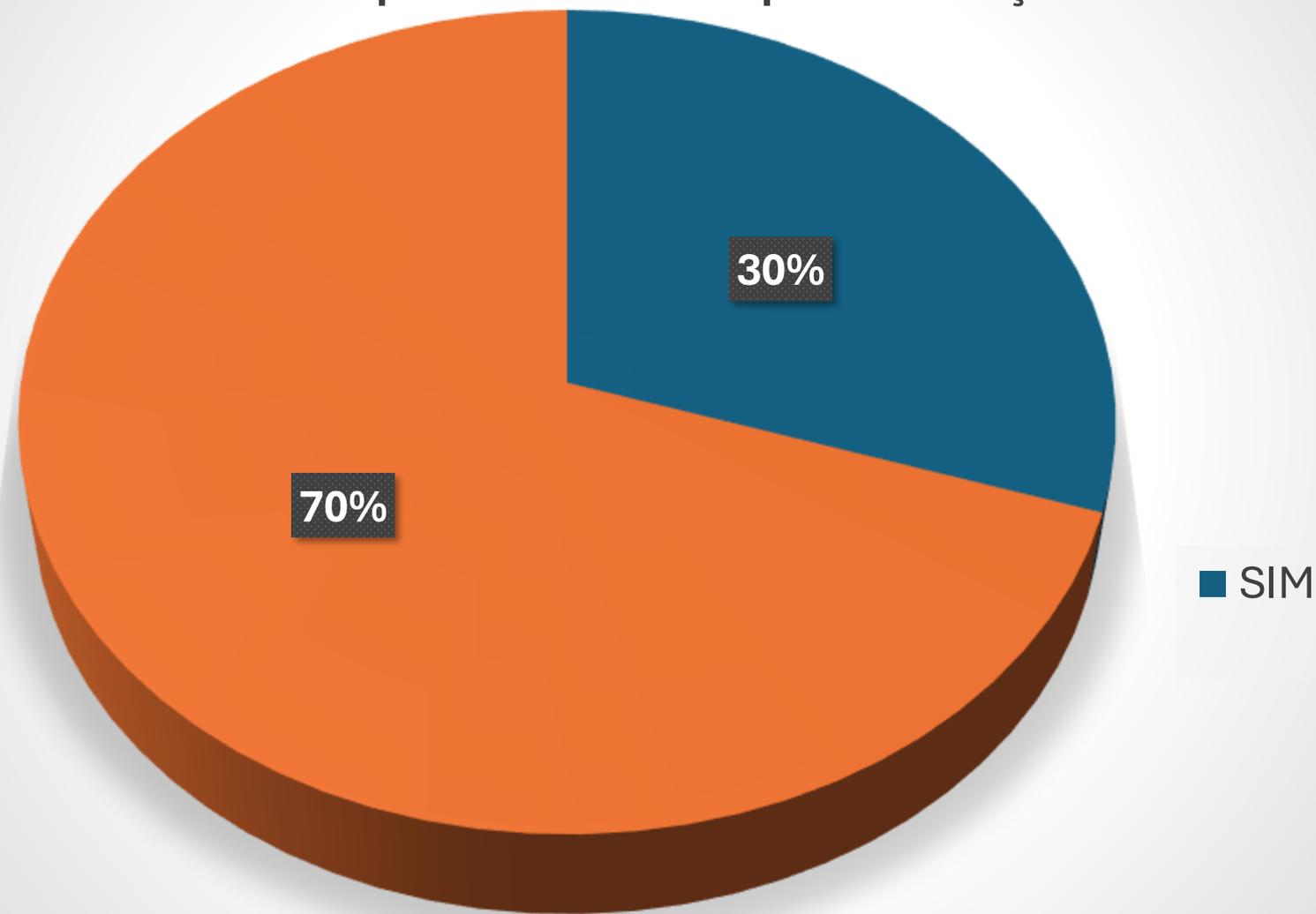
9.1 O CMDCA tem fixado critérios de utilização dos recursos do FIA/FDCA por meio de plano de aplicação?



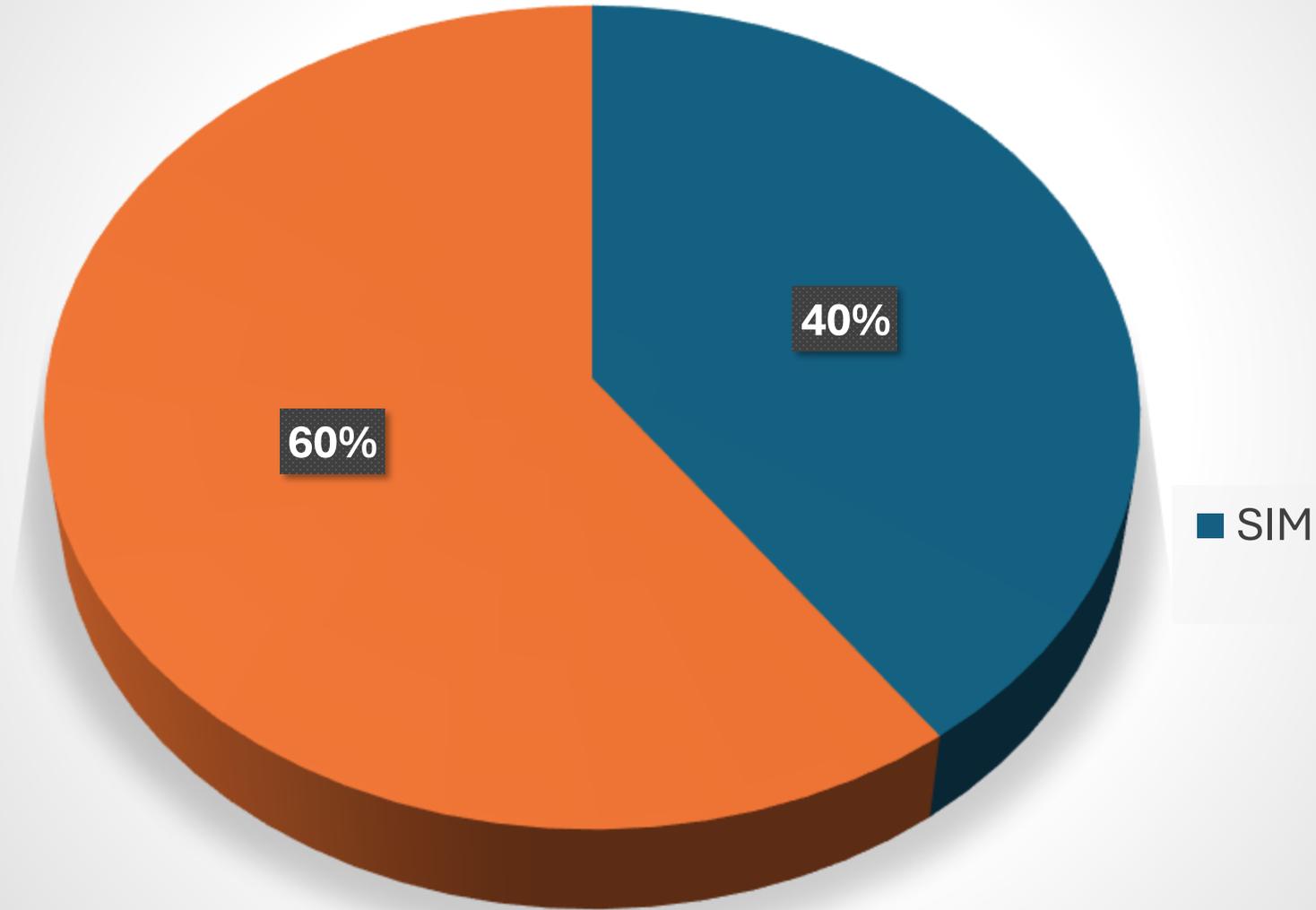
12. O Conselho Tutelar tem discutido as propostas e apoiado o CMDCA nas demandas relacionadas às políticas para infância e adolescência?



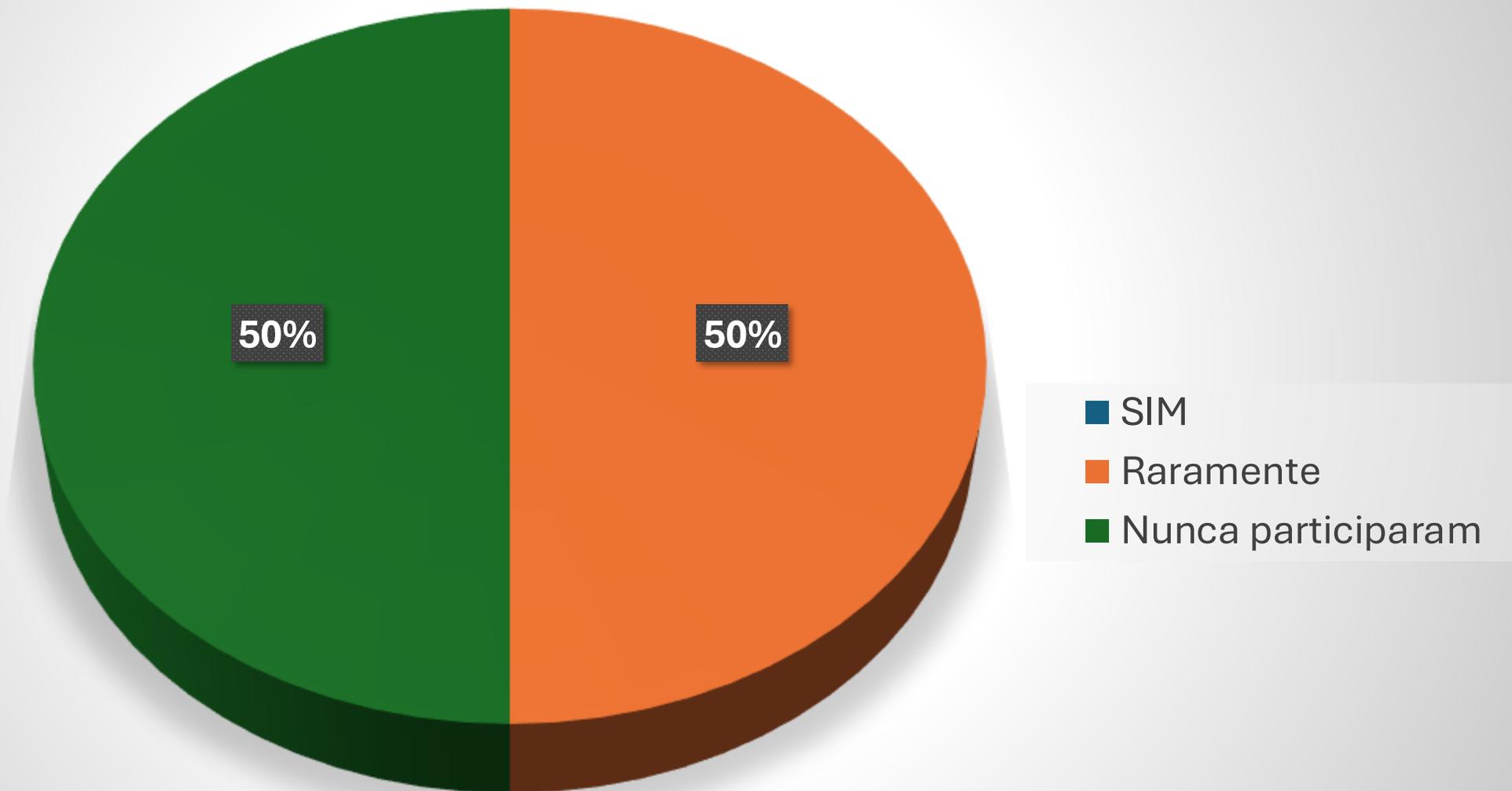
12.1. Se sim, o CMDCA recebeu alguma proposta ou demanda, do Conselho Tutelar, para inclusão nos planos de ação?



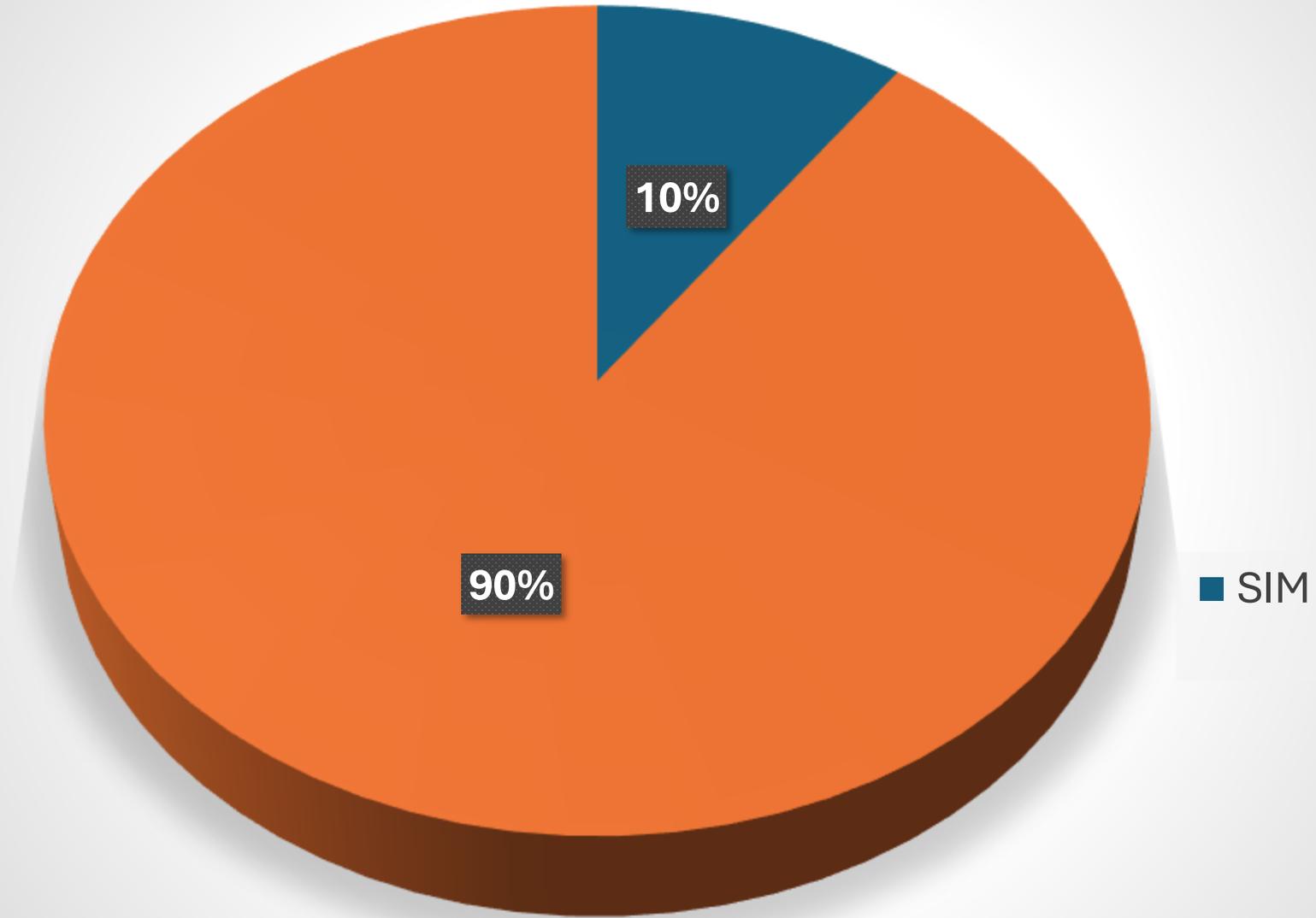
14. O CMDCA tem utilizado dados produzidos pelo Conselho Tutelar para produzir os planos de ação?



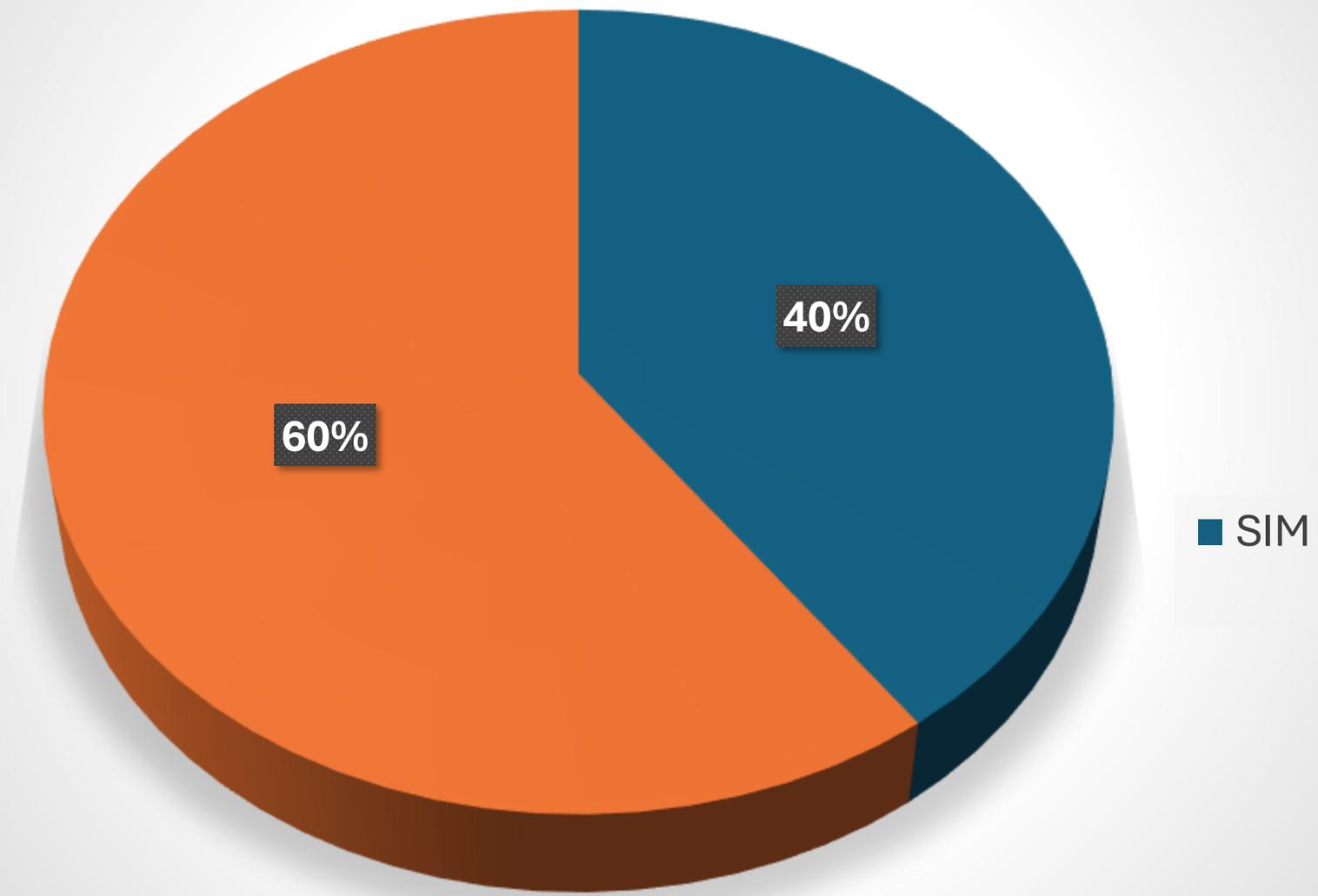
16. O CMDCA participa das sessões de discussões das leis orçamentárias com os vereadores?



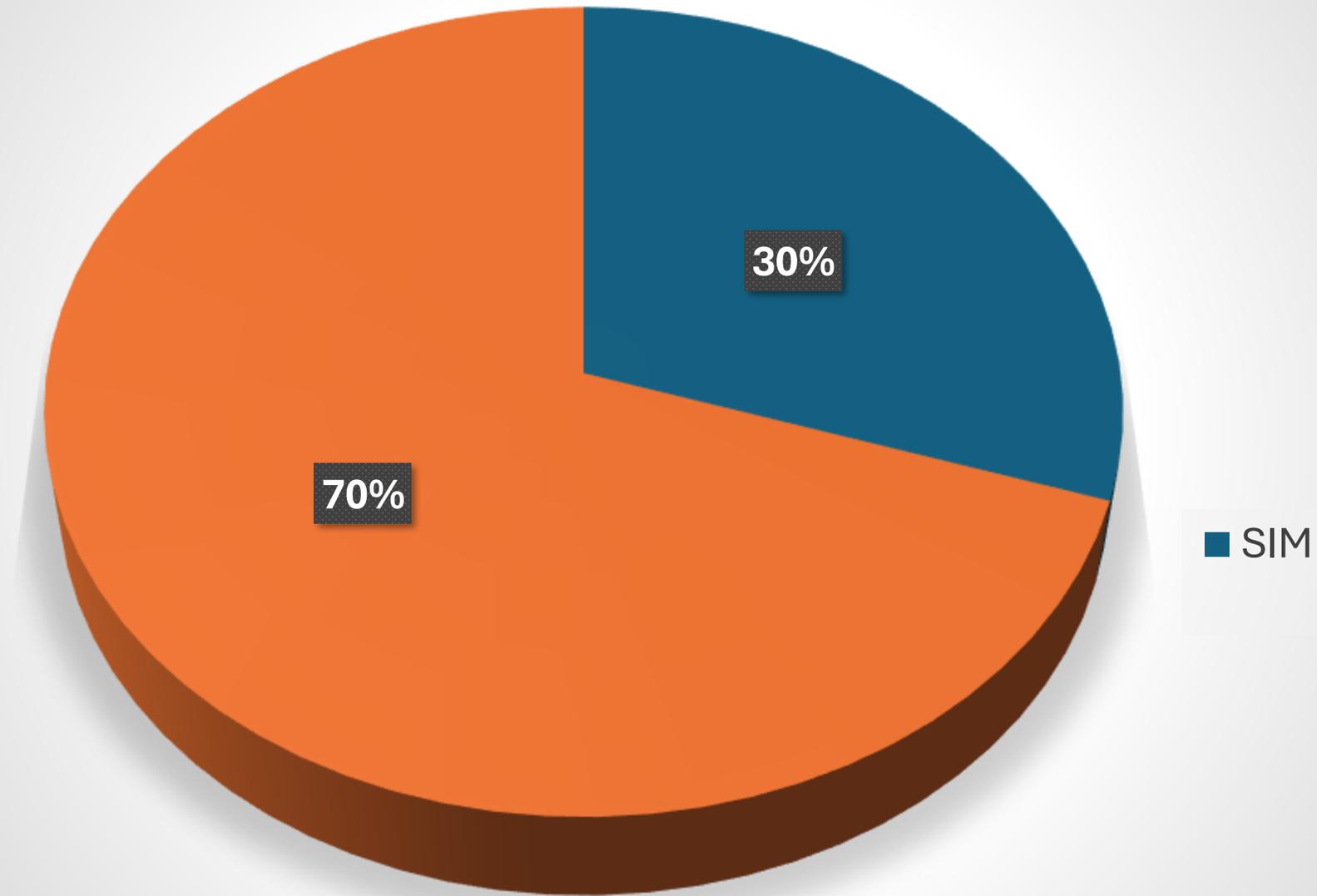
17. O CMDCA participou ativamente da elaboração das atuais leis orçamentárias?



18. O CMDCA participou da elaboração do Plano Municipal para a Primeira Infância – PMPI?



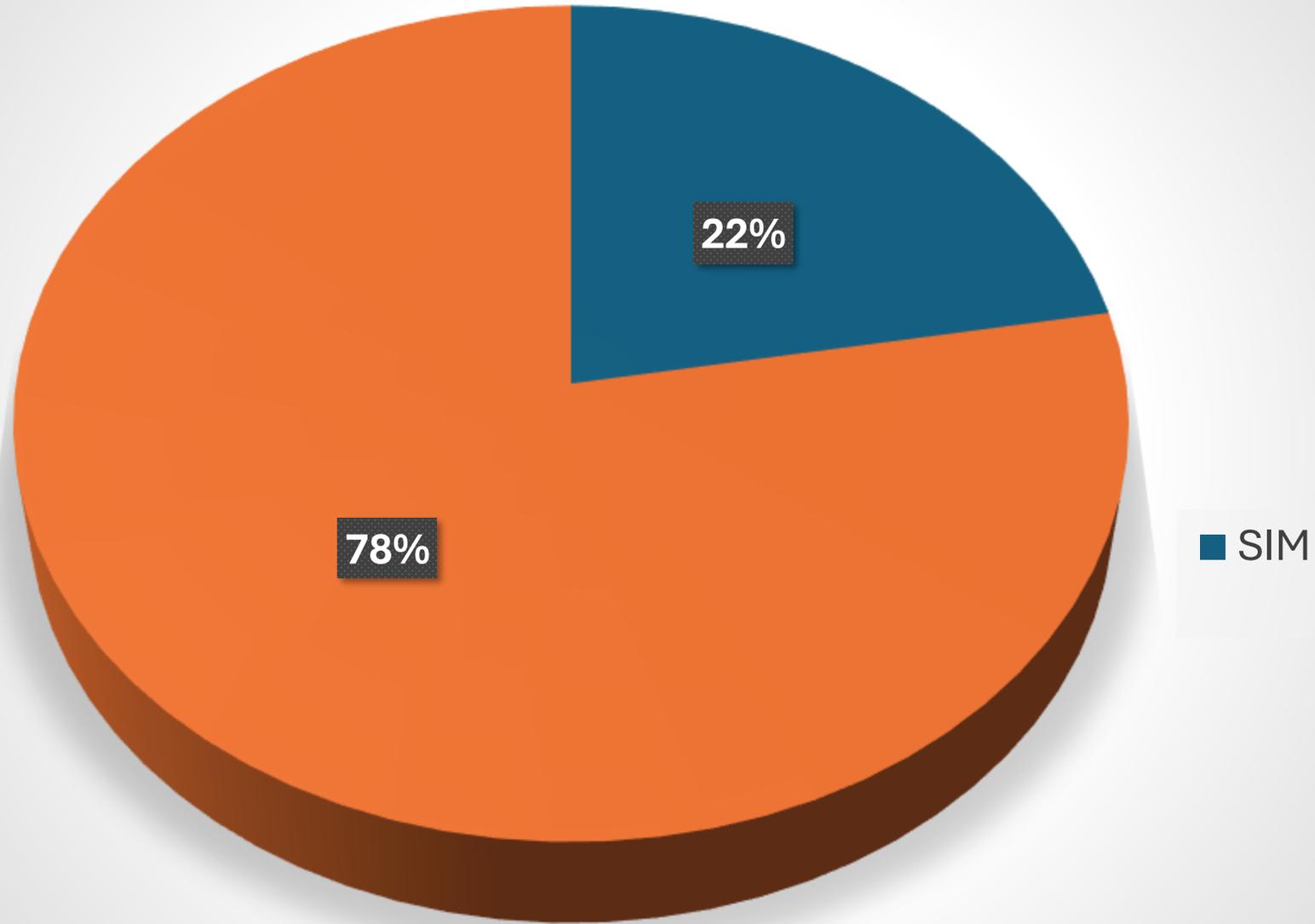
19. O PMPI passou pela deliberação e aprovação do CMDCA?



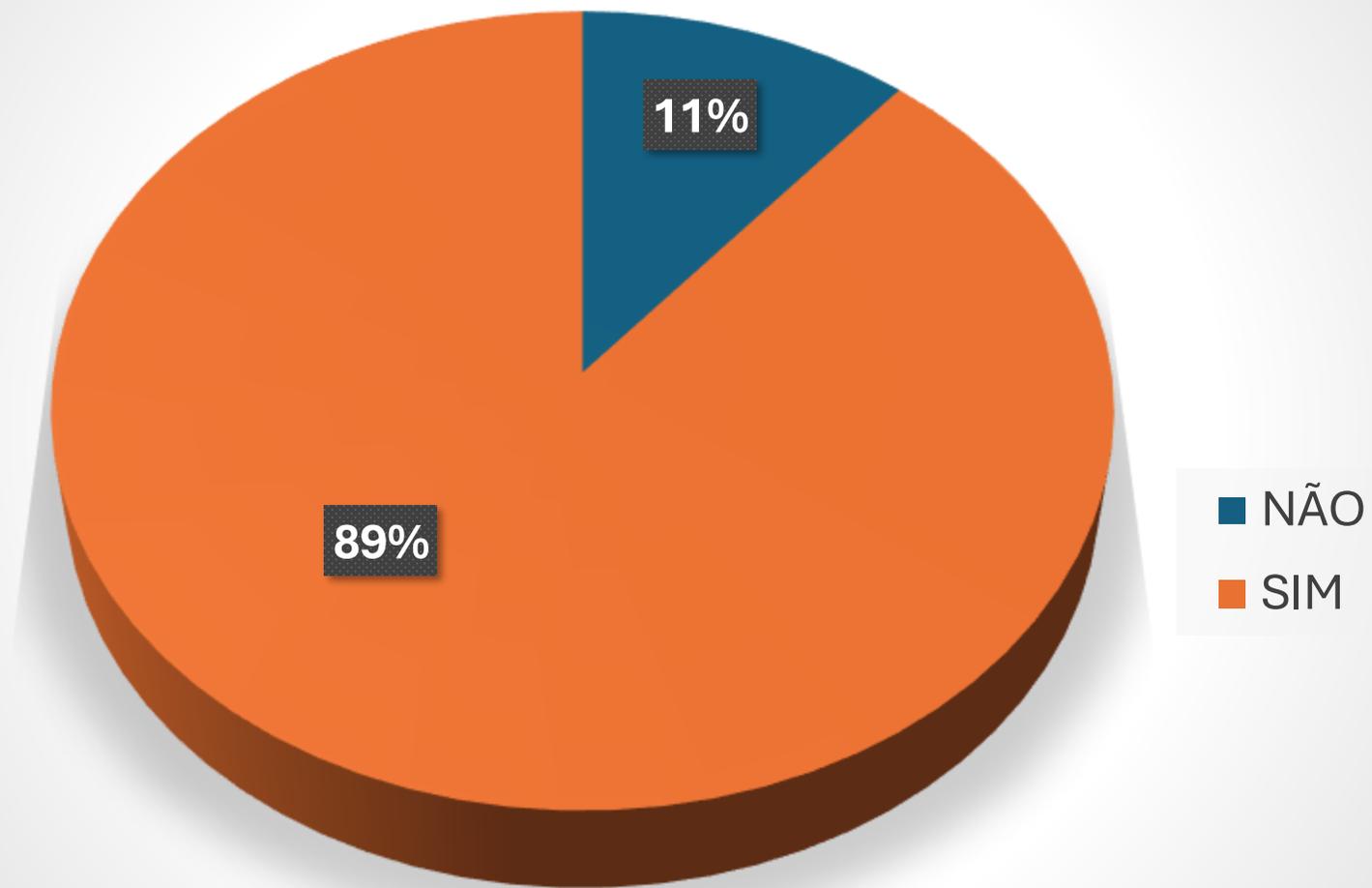
VEREADORES



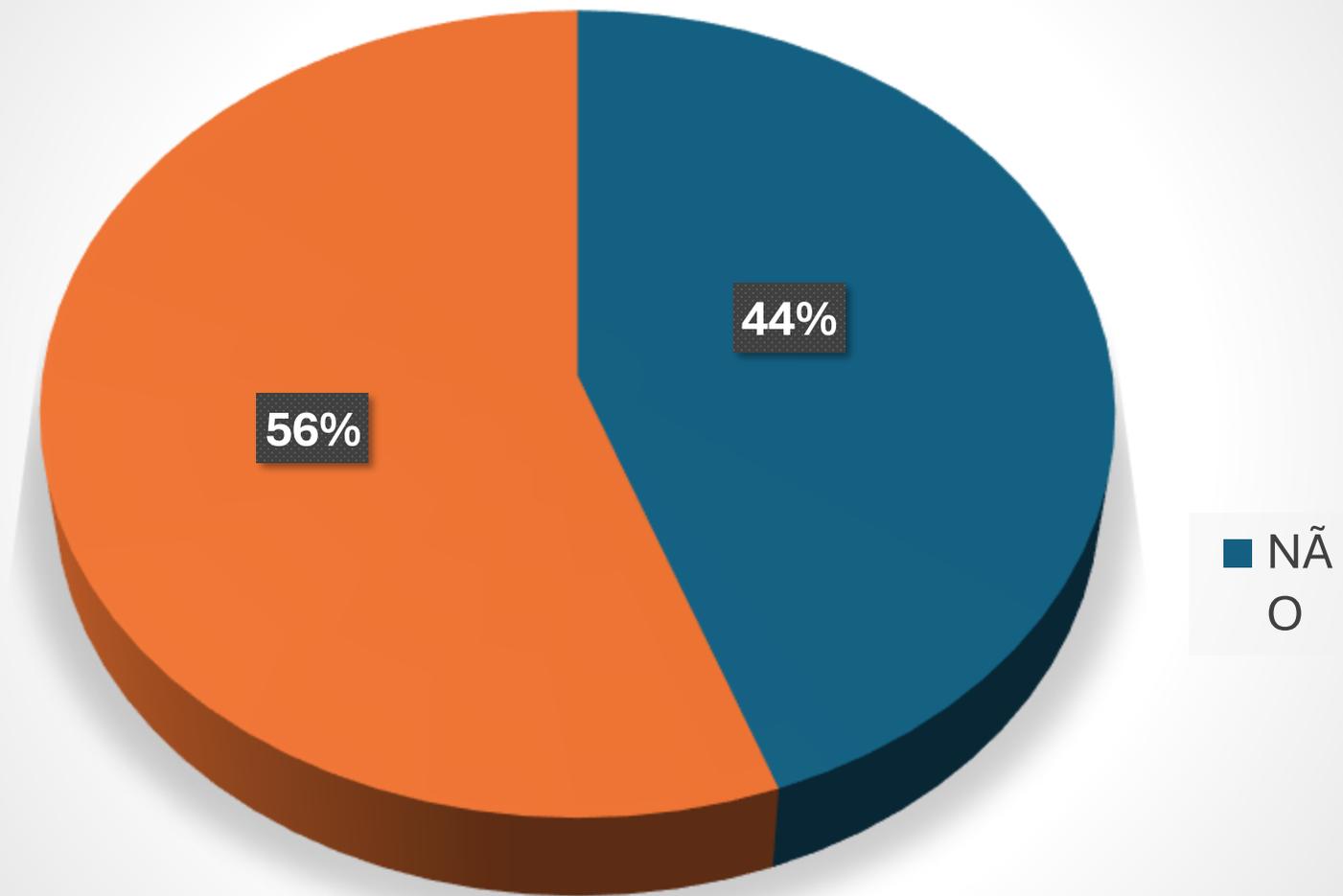
4. Participou da elaboração do PMPI?



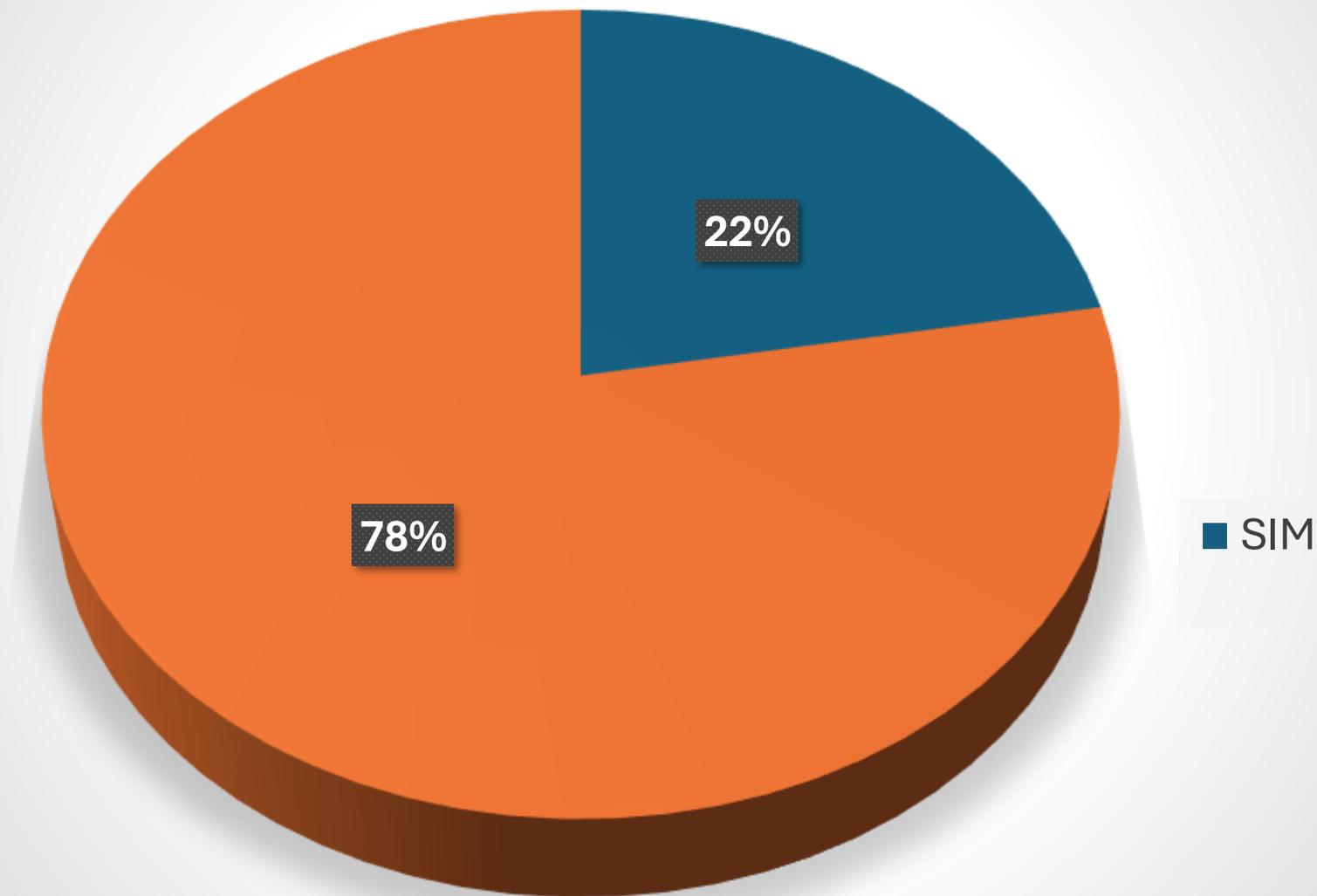
6. No ambiente escolar foram observadas algumas inadequações?



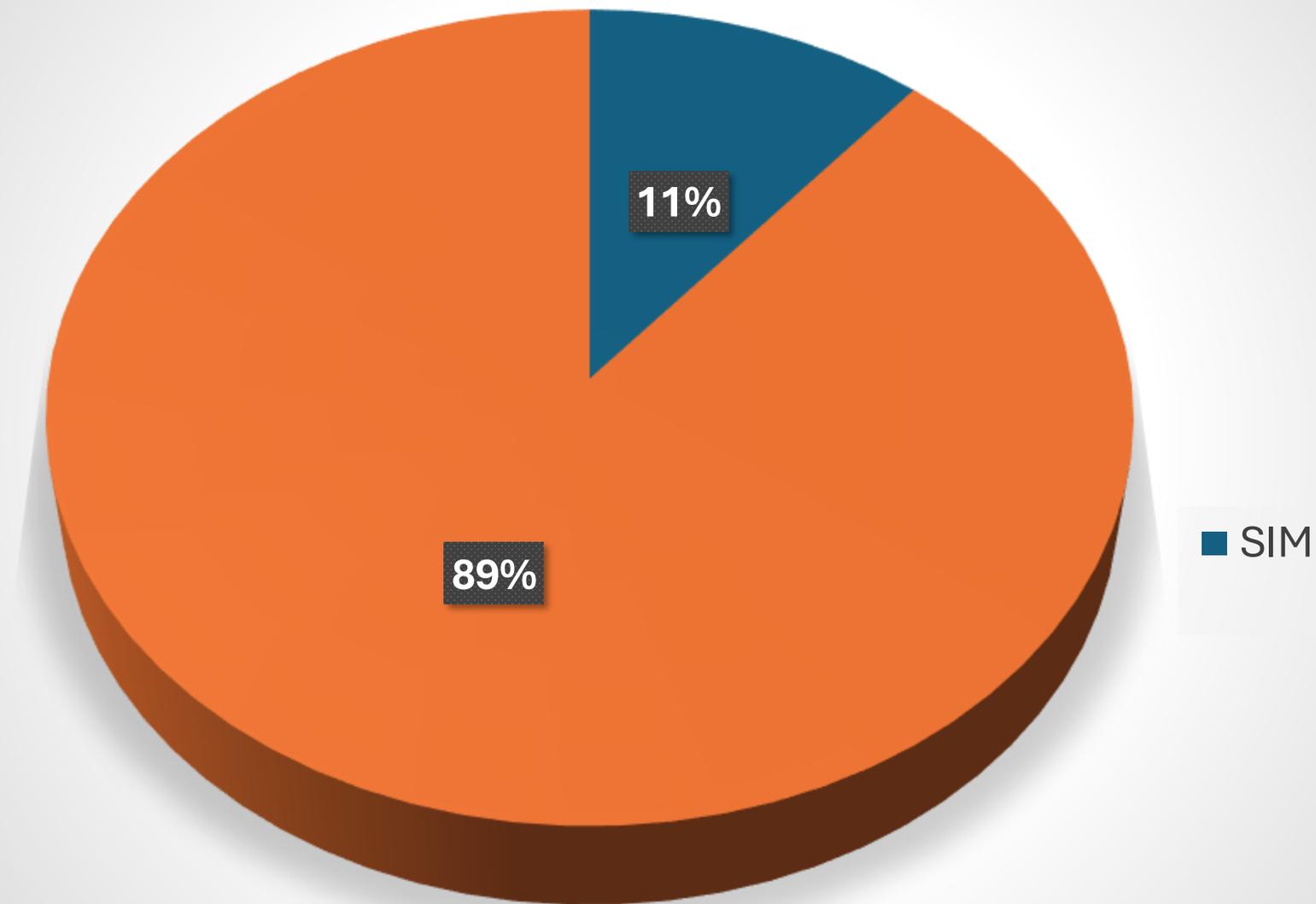
7. O transporte escolar disponibilizado aos alunos é adequado?



9. Os professores e todos os funcionários da unidade escolar foram capacitados em noções básicas de primeiros socorros?

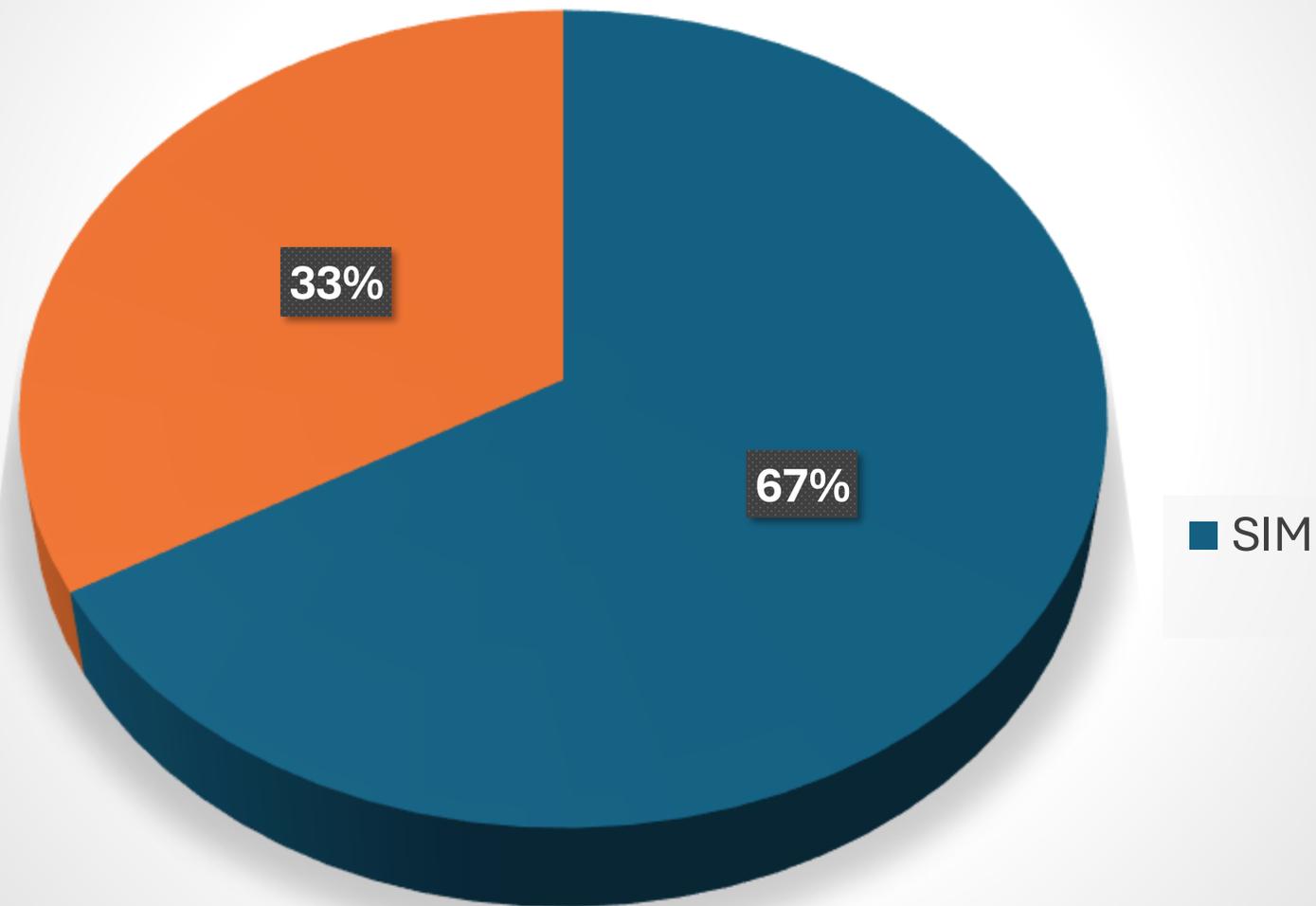


10. A escola dispõe de kits de primeiros socorros?



14. O Registro da frequência dos profissionais de saúde?

(Obs.: planilhas de ponto não é considerado como modalidade de registro eletrônico)



A forma mais recorrente de violência é por omissão e o não atendimento das necessidades básicas da criança.

Fonte: Sociedade de Pediatria de São Paulo (SPSP); Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), 2018).



Vizinha de menina encontrada morta em lixeira no RS afirma ter acionado Conselho Tutelar 'mais de 20 vezes'

Uma semana antes de criança morrer, conselheira tutelar enviou áudio a moradora dizendo que 'estavam fazendo todas as medidas possíveis'. Caso ocorreu em Guaíba. Mãe está presa temporariamente.

Por Vítor Rosa, RBS TV

13/08/2024 13h34 · Atualizado há 2 dias

Fonte: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/08/13/vizinha-de-menina-encontrada-morta-em-lixeira-no-rs-afirma-ter-acionado-conselho-tutelar-mais-de-20-vezes.ghtml>

FUNDAÇÃO Maria Cecília Souto Vidigal

<https://fundacaomariacecilia.org.br/>

Eleições 2024: 6 recomendações essenciais para
a primeira infância

OUTRAS AVALIAÇÕES DA POLÍTICA PÚBLICA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

- **Auditoria Operacional** em 01 (um) município com o objetivo geral verificar se o ente público municipal possui políticas públicas que orientem decisões, investimentos e ações de proteção e de atenção integral à criança e o seu desenvolvimento na primeira infância, nas seguintes áreas: saúde, educação e assistência social.

OUTRAS AVALIAÇÕES DA POLÍTICA PÚBLICA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

- **Auditoria Operacional** no Hospital e Maternidade Dona Regina e Hospital infantil de Palmas com o objetivo de realizar uma avaliação da qualidade da assistência voltada à saúde materno-infantil nas unidades hospitalares de referência e se a Secretaria Estadual de Saúde possui políticas e/ou programas para garantir saúde e proteção materno-infantil.

OBRIGADA

